

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ARTHUR BERCINI VARGAS**

**IDEOLOGIA E PODER: UMA ANÁLISE DAS CANDIDATURAS  
PARA PREFEITO EM 2016 NO ESTADO DE SANTA  
CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de graduação  
em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial  
para a obtenção do título de  
bacharel em Ciências Sociais.  
Orientador: Prof. Dr. Yan de Souza  
Carreirão

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

VARGAS, ARTHUR BERCINI

IDEOLOGIA E PODER: UMA ANÁLISE DAS CANDIDATURAS  
PARA PREFEITO EM 2016 NO ESTADO DE SANTA CATARINA /  
ARTHUR BERCINI VARGAS ; orientador, Yan de Souza  
Carreirão, 2017.

61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências  
Sociais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Coligações. 3. Eleições  
Municipais. 4. Santa Catarina. 5. Consistência. I.  
Carreirão, Yan de Souza . II. Universidade Federal  
de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais.  
III. Título.

Arthur Bercini Vargas

**IDEOLOGIA E PODER: UMA ANÁLISE DAS CANDIDATURAS  
PARA PREFEITO EM 2016 NO ESTADO DE SANTA  
CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2017.

---

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.  
Coordenador do curso de Ciências Sociais - UFSC

---

Prof. Yan de Souza Carreirão, Dr.  
Orientador - Universidade Federal de Santa Catarina

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Cintia Pinheiro Ribeiro de Souza, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família e amigos por sempre me apoiarem e fazerem a minha vida mais feliz. Agradeço aos servidores da coordenação Rogério da Silca e Rosemeri Fernandes por sempre me auxiliarem quando necessário e aos professores Tiago Losso, Maria Soledad, Jean Castro e Jacques Mick por enriquecerem a minha formação.

Agradeço em especial à banca examinadora, ao meu orientador professor Yan Carreirão pela orientação e dedicação ao longo do ano para o desenvolvimento deste trabalho, ao professor de estatística André Wüst Zibetti e professores de Métodos e Técnicas de Pesquisa I Tiago Borges e Luis Felipe Graça, matérias em que aprendi muito sobre ciência e sem elas jamais seria possível a realização deste trabalho.

Por fim agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina e à cidade de Florianópolis pelos bons momentos que tive nesses anos, pelas novas amizades que fiz, pelo conhecimento adquirido e às oportunidades que vieram graças a tudo isso.



*“O príncipe que moldar sua conduta ao espírito  
de seu tempo será bem-afortunado”.*

(Nicolau Maquiavel)





## RESUMO

O presente trabalho trata da consistência das candidaturas para prefeito de 2016 no estado de Santa Catarina. Foi realizada a análise das candidaturas que disputaram esta eleição e das que se elegeram com base em sua composição partidária, buscando identificar qual foi o comportamento dos partidos e do eleitorado nessa eleição e se houve um predomínio de candidaturas consistentes ou inconsistentes. Para isso se fez uso dos dados disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina através de análise por meio de programa estatístico e encontrou-se um predomínio de candidaturas inconsistentes em relação às consistentes, evidenciando que o sistema brasileiro como um todo favorece a formação de coligações inconsistentes e estas se elegem com mais facilidade que as consistentes.

**Palavras-chave:** Coligações; Eleições Municipais; Santa Catarina; Consistência.



## LISTA DE SIGLAS

DEM	Democratas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TRE-SC	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
TSE	Tribunal Superior Eleitoral



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Classificação ideológica das candidaturas que disputaram as eleições.....	37
Gráfico 2. Rigor ideológico das coligações que disputaram as eleições por porte do município .....	38
Gráfico 3. Classificação ideológica das candidaturas eleitas .....	39
Gráfico 4. Ideologia das candidaturas que disputam as eleições e das que se elegeram.....	40
Gráfico 5. Rigor ideológico das candidaturas que disputaram as eleições e das que se elegeram .....	41
Gráfico 6. Rigor ideológico das coligações de prefeitos eleitos por porte do município.....	42
Gráfico 7. Consistência das candidaturas que disputaram as eleições com base na coalizão federal.....	50
Gráfico 8. Consistência das coligações de acordo com o porte do município.....	51
Gráfico 9. Consistência das candidaturas que se elegeram com base na coalizão federal .....	52
Gráfico 10. Coalizão das candidaturas que disputaram as eleições e das que se elegeram .....	53
Gráfico 11. Consistência das candidaturas que disputaram as eleições e das que se elegeram.....	54
Gráfico 12. Consistência das coligações eleitas de acordo com o porte do município.....	55



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Frequência de cada partido na disputa eleitoral.....	27
Tabela 2. Frequência de cada partido nas prefeituras eleitas .....	28
Tabela 3. Taxa de sucesso eleitoral de cada partido.....	29
Tabela 4. Frequência de coligações e candidaturas isoladas .....	30
Tabela 5. Classificação ideológica dos partidos.....	35
Tabela 6. Classificação ideológica das candidaturas.....	36
Tabela 7. Classificação da coalizão das candidaturas .....	47
Tabela 8. Classificação coalizacional dos partidos .....	48





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1. AS COLIGAÇÕES E AS PECULIARIDADES DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO .....</b>	<b>21</b>
<b>2. ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS DE 2016 EM SANTA CATARINA .....</b>	<b>27</b>
<b>3. O DILEMA IDEOLOGIA E PODER .....</b>	<b>33</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	33
3.2. METODOLOGIA .....	34
3.3. DISPUTA ELEITORAL .....	37
3.4. CANDIDATURAS ELEITAS .....	38
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
<b>4. COALIZÃO NACIONAL E REALIDADE MUNICIPAL .....</b>	<b>45</b>
4.1. INTRODUÇÃO .....	45
4.2. METODOLOGIA .....	47
4.3. DISPUTA ELEITORAL .....	50
4.4. CANDIDATURAS ELEITAS .....	52
4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>



## INTRODUÇÃO

As eleições municipais brasileiras (disputadas por candidatos a prefeito e vereador) ocorrem separadas das eleições gerais (disputada por candidatos a presidente, governador, senador, deputado estadual e federal). Elas ocorrem a cada quatro anos, tem um intervalo de dois anos das eleições gerais e já foram realizadas nove vezes desde o fim do regime militar (1964-1985).

Entre 20 de julho e 5 de agosto de 2016, os partidos políticos brasileiros realizaram suas convenções partidárias para celebrar suas coligações e escolher seus candidatos a prefeito para a Eleição Municipal de 2016. Dia 16 de agosto foi dada a largada para a campanha eleitoral e 45 dias depois (2 de outubro) o eleitorado foi às urnas para escolher quem ocupará o executivo municipal pelos próximos quatro anos. Após o fim das eleições, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) divulgou o resultado eleitoral de todos os 295 municípios do estado. Algo que chamou a atenção em um primeiro momento no resultado foram várias coligações de prefeitos eleitos que se mostram inconsistentes sob uma perspectiva ideológica por possuírem simultaneamente em sua composição partidos classificados como de direita e esquerda, causando a impressão de que houve um dilema nas eleições onde os partidos deveriam optar pela ideologia ou pelo poder.

Em um segundo momento, após uma revisão bibliográfica e uma leitura mais aprofundada sobre o tema, identificou-se que não é incomum coligações partidárias serem inconsistentes ideologicamente: em alguns casos, as coligações que possuem simultaneamente partidos de direita e esquerda são a regra e coligações que possuem apenas partidos de direita, centro ou esquerda são a exceção. Também foi observado que existem casos de coligações que podem ser inconsistentes do ponto de vista da coalizão nacional: partidos da coalizão de governo e da coalizão de oposição a nível nacional também podem estar unidos em uma mesma coligação em uma disputa municipal.

Notou-se que há uma preocupação muito grande da ciência política nacional em compreender tanto o campo ideológico dos partidos políticos brasileiros como seu comportamento durante o período eleitoral e com as crises e instabilidades políticas que o país enfrenta atualmente houve um aumento no debate e na produção acadêmica sobre partidos políticos, coligações e eleições, porém ainda é escassa a literatura sobre a política catarinense.

Devido à baixa produção de trabalhos acadêmicos sobre o cenário político do estado de Santa Catarina (principalmente relacionado às eleições municipais de 2016) e dado o que foi observado no último resultado eleitoral do estado, surge a necessidade da realização de um trabalho empírico de cunho quantitativo sobre as coligações que disputaram as prefeituras de Santa Catarina. É com base nos pilares “ideologia” (esquerda, centro e direita) e “coalizão” (situação e oposição na esfera nacional) que o presente trabalho busca fazer uma análise de todas as 740 candidaturas que disputaram as 295 prefeituras do estado de Santa Catarina com o objetivo de verificar a consistência ideológica e coalizacional<sup>1</sup> existente em cada uma delas.

No primeiro capítulo deste trabalho foram expostas as principais particularidades do sistema político brasileiro que influenciam diretamente na formação de coligações para as eleições para prefeito, já o segundo capítulo traz consigo os resultados gerais das eleições de 2016 no estado de Santa Catarina. No terceiro e quarto capítulo foram realizadas as análises da consistência ideológica e coalizacional respectivamente, sendo que cada capítulo traz o que foi observado na disputa eleitoral, nas candidaturas eleitas e suas considerações finais.

---

1 Utilizarei aqui a expressão “consistência coalizacional” das coligações como uma forma sintética de fazer referência à consistência entre a composição partidária das coligações nas eleições para prefeito em Santa Catarina em 2016 e a composição partidária das coalizões de apoio e oposição ao governo federal no momento da eleição.

## 1. AS COLIGAÇÕES E AS PECULIARIDADES DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Carreirão (2006), em seu estudo sobre as coligações partidárias em Santa Catarina no período 1986/2004, parte da seguinte questão: “o posicionamento ideológico dos partidos entra no cálculo dos custos e benefícios eleitorais como um custo relevante, que poderia inibir a participação em coligações ideologicamente inconsistentes?” e parte da hipótese:

O posicionamento ideológico do partido - seja pelo seu programa, pelas declarações de seus líderes, seja pelo comportamento dos seus detentores de mandatos públicos - repercute na opinião pública e forma uma imagem partidária junto ao eleitorado. Essa imagem partidária pode atuar como uma limitação ao padrão ideológico de coligação “permitido” ao partido. Realizar coligações fora de um padrão minimamente esperado do partido pode ter custos político-eleitorais futuros”. (CARREIRÃO, 2006, p. 140).

Após a análise de dados o autor conclui que o número de coligações ideologicamente inconsistentes no conjunto do período foi relativamente baixo, mas a tendência era de crescimento e, além disso, esse tipo de coligação tinha taxas de sucesso eleitoral maiores do que coligações consistentes ou candidaturas isoladas. Não parecia, portanto, haver aquele custo eleitoral sugerido na hipótese de seu trabalho. Em muitas outras análises mais recentes relativas ao Brasil como um todo essas últimas tendências foram corroboradas, conforme apontado por Borges, Carreirão e Nascimento (2016) em estudo realizado com as eleições de 2014 para o cargo de deputado federal onde as coligações ideologicamente inconsistentes predominam sob as consistentes.

Além da ideologia, outro ponto observado é a influência da coalizão federal sob as coligações municipais. Alguns autores afirmam que a disputa presidencial estrutura as demais disputas eleitorais no nosso país (MELO e CÂMARA 2012, p.74), ou seja, os partidos tenderiam a formar alianças em seus estados e municípios com partidos da mesma coalizão nacional, tornando as eleições para o executivo nacional como uma das principais influenciadoras na formação de coligações, porém também existem estudos recentes mostrando que a coalizão federal não estrutura tão fortemente as demais disputas (CARREIRÃO, 2014; MIGUEL, MACHADO, 2010) e as chances de

coligações inconsistentes se elegerem continuam sendo maior do que as consistentes e candidaturas isoladas. Essas tendências parecem estar associadas a certas peculiaridades do sistema político brasileiro que envolvem seu alto grau de fragmentação, competição e o comportamento dos partidos e eleitores. Serão destacadas a seguir as características que impactam diretamente nas eleições para prefeito (eleições majoritárias municipais).

A primeira delas envolve a alta fragmentação do sistema partidário, tomando como referência a câmara baixa o nosso sistema partidário é o mais fragmentado do mundo, possuindo um grande número de partidos e um alto grau de competição na esfera política em comparação com outros países. Essa fragmentação é crescente e evidencia a instabilidade de nosso sistema partidário e eleitoral, além do crescimento cada vez maior da competição partidária (CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010, p. 266). No ano de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contava com o registro de 35 partidos em atuação, sendo que 26 destes possuíam representação na Câmara dos Deputados.

Isso impacta diretamente nas coligações, tanto que no Brasil (diferente de outros países que permitem a realização de alianças eleitorais) formar coligações é um recurso muito frequente, sendo bem incomum partidos políticos disputarem eleições isoladamente. A banalização das coligações em eleições somado a um sistema partidário altamente fragmentado e competitivo impacta diretamente nas eleições, nas esferas de poder e no grau de consistência ideológica e das coalizões realizadas pelos partidos nos governos em diferentes níveis da federação, além de levantar uma série de questões positivas e negativas, conforme exemplificado por Machado e Miguel (2007, p.759):

A ampla utilização de coligações partidárias nas disputas eleitorais é uma das características marcantes da vida política brasileira – algo presente no experimento democrático de 1945-1964 e que foi retomado após a redemocratização de 1985. Uma perspectiva positiva vê nas coligações “mecanismos democráticos de relacionamento” que ampliam a tolerância entre interesses divergentes (Favetti,2004:1). Outra, mais crítica e possivelmente mais difundida, julga que elas tornam ainda mais confuso, para o eleitor, um sistema partidário que já é gelatinoso [...].

Vários autores apontam que a alta frequência de coligações em

eleições brasileiras se deve ao fato de o sistema eleitoral brasileiro estimular a formação de coligações: os partidos que optam por se coligarem são contemplados por uma série de benefícios, dentre eles o principal é o aumento das chances de vitória, tendo em vista que o lançamento de candidaturas isoladas se mostra pouco eficaz eleitoralmente (MIZUCA, 2007; CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2010; BORGES, CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2017).

Nicolau (1996, p. 24) afirma que os dirigentes partidários decidem pela realização ou não de coligações por meio da análise dos ganhos e perdas eleitorais que estão sujeitos a ter e os principais elementos que entram nesta análise são: magnitude do distrito eleitoral, tamanho do partido, tempo de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, número de candidatos que o partido pode lançar e o poder de chantagem do partido. Como podemos observar, a realização de coligações eleitorais para candidaturas a prefeito na maioria das vezes potencializa os ganhos eleitorais: o candidato aumenta o seu número de apoiadores, fica com mais tempo de propaganda eleitoral e aumenta o seu poder de chantagem, mas é observado que a ideologia e a coalizão não entram nessa análise, ou seja, se manter fiel à coalizão federal ou à ideologia partidária não é visto pelos dirigentes como uma exigência para se ter um ganho eleitoral.

A baixa preocupação por parte dos dirigentes partidários em formar coligações com partidos de mesma ideologia ou coalizão pode ser atribuída ao próprio comportamento do eleitor que parece também não se importar se a coligação possui ou não consistência ideológica e coalizacional: conforme um estudo realizado por Carreirão e Nascimento (2010) com coligações para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual ao longo de um período de vinte anos (1986-2006) evidenciou que coligações que possuíam simultaneamente partidos de situação e oposição em sua composição se elegeram mais do que as que possuíam apenas partidos de situação ou apenas partidos de oposição e candidaturas isoladas apresentaram o pior desempenho, sendo que o sucesso das coligações inconsistentes também é observado na esfera ideológica, ou seja, se manter fiel à ideologia ou às coalizões realizadas em outros níveis da federação também não é visto pelo eleitor como algo relevante. Sendo assim, o sistema eleitoral brasileiro como um todo estimula a formação de coligações, parecendo haver pouco incentivo (seja por parte dos partidos, eleitores ou leis) para que estas coligações sejam movidas por ideologia ou pela consistência com a composição partidária das coalizões em âmbito federal.

Se tratando das eleições municipais para prefeito, existem ainda outros dois agravantes observados por Mizuca (2007, p.11) que são particulares deste tipo de eleição e que enfraquecem ainda mais o incentivo para a formação de coligações consistentes. O primeiro deles se deve ao fato de partidos e lideranças serem motivados por questões pontuais de acordo com a realidade do município, onde as demandas locais se mostram mais importantes do que o alinhamento com a coalizão federal ou com partidos ideologicamente próximos. O segundo consiste no fato da disputa eleitoral ser majoritária e realizada em turno único na grande maioria dos casos<sup>2</sup>, o que cria uma disputa onde “o vencedor leva tudo e os derrotados ficam sem nada”, aumentando ainda mais a competição e exigindo certo nível de pragmatismo dos partidos que almejam uma prefeitura:

Diante dessas condições, o estudo das coligações em eleições majoritárias municipais representa a análise do universo dos partidos em um instante em que as motivações para os mais distintos comportamentos parecem estar presentes, ou seja, onde os partidos estão aparentemente “mais livres” para agirem de acordo com diferentes questões [...] A busca por uma lógica que explique o comportamento das legendas no município configura-se como relevante desafio. O modelo de eleição – Majoritária de turno único –, o pluripartidarismo e o quadro institucional parecem servir de incentivo à desordem” (MIZUCA, 2007, p. 13).

Podemos então apontar como principais peculiaridades do sistema brasileiro que influenciam diretamente nas eleições para prefeito:

1. Alto nível de fragmentação e competição;
2. Incentivos para a formação de coligações devido ao seu sucesso eleitoral;
3. Inexistência de leis que incentivam coligações consistentes;
4. Protagonismo das particularidades locais do município na disputa eleitoral;
5. Eleição majoritária realizada em turno único.

---

<sup>2</sup> Em Santa Catarina apenas 3 municípios possuem segundo turno: Joinville, Florianópolis e Blumenau



Com base nestas características abordadas por parte da literatura observa-se que se manter fiel à ideologia ou coalizão federal não são pré-requisitos necessários para se chegar ao poder, mas sim elementos opcionais que não apresentam um impacto eleitoral significativo. Dado o fato de não haver incentivos por parte do sistema como um todo para os partidos formarem coligações consistentes, os partidos estão dispostos a sacrificar em larga escala sua ideologia e alinhamento com a coalizão federal para alcançar o poder?

Nas seções seguintes ficará evidente como se comportaram os partidos com base nas candidaturas lançadas para concorrer às eleições de 2016 e também como foi o comportamento do eleitorado de Santa Catarina de acordo com as candidaturas que foram eleitas.



## 2. ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS DE 2016 EM SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina possui 295 municípios e foram ao todo 740 candidatos a prefeito que participaram das disputas no estado. Em 2016 o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina registrou 4.985.048 de eleitores dos quais 3.539.384 votaram em algum candidato e 1.445.664 votaram em branco, nulo ou abstiveram-se, havendo assim um total de 71% de votos válidos e uma alienação eleitoral de 29%.

Os grandes partidos políticos do Brasil (PT, PDT, PCdoB, PSB, PPS, PSDB, PMDB, PR, PSD, PP, DEM e PTB) corresponderam a 94,32% das candidaturas a prefeito no estado (Tabela 1), com destaque para PMDB (28,8%), PSD (18,5%), e PP (13,9%). Apenas os grandes partidos políticos serão analisados no decorrer deste trabalho porque são os únicos partidos que possuem condições de formar coalizões a nível nacional (MIRANDA, 2012, p.13), além de serem os partidos que estruturaram e protagonizaram as últimas disputas eleitorais no país (MELO e CÂMARA, 2012, p.43), a Tabela 1 a seguir indica a quantidade de candidatos a prefeito que cada um deles lançou no estado e seu percentual correspondente:

Tabela 1. Frequência de cada partido na disputa eleitoral

<b>Partido</b>	<b>Candidatos a prefeito</b>	<b>Percentual</b>
PMDB	213	28,78%
PSD	137	18,51%
PP	103	13,92%
PSDB	84	11,35%
PT	60	8,11%
PR	31	4,19%
PSB	26	3,51%
DEM	10	1,35%

Continua

## Continuação

PDT	19	2,57%
PPS	5	0,68%
PCdoB	5	0,68%
PTB	5	0,68%
Outros	42	5,68%
<b>Total</b>	<b>740</b>	<b>100%</b>

Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

Em se tratando das candidaturas eleitas (Tabela 2), PMDB e PSD concentram 54,92% dos prefeitos e nenhum outro partido além dos 12 listados anteriormente elegeu um prefeito. Isso nos mostra que todas as prefeituras do estado passaram a ser governadas por partidos grandes e reforça a falta de necessidade de incluir outros partidos na análise, vale destacar que dos 12 grandes partidos, PCdoB e PTB não elegeram nenhum prefeito conforme mostra a Tabela 2:

Tabela 2. Frequência de cada partido nas prefeituras eleitas

<b>Partido</b>	<b>Prefeitos eleitos</b>	<b>Percentual</b>
PMDB	102	34,58%
PSD	60	20,34%
PP	45	15,25%
PSDB	39	13,22%
PT	20	6,78%
PR	12	4,07%

Continua

Continuação

PSB	10	3,39%
DEM	3	1,02%
PDT	3	1,02%
PPS	1	0,34%
PCdoB	0	0%
PTB	0	0%
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>100%</b>

Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

Por fim, ao dividir a quantidade de prefeitos eleitos de um partido pela quantidade de candidaturas que possuía, temos a sua taxa de sucesso eleitoral (Tabela 3). Notou-se que nenhum partido teve um desempenho eleitoral acima de 50%, ou seja, a maioria das candidaturas de todos os partidos não se elegeu:

Tabela 3. Taxa de sucesso eleitoral de cada partido

<b>Partido</b>	<b>Eleitos/Candidatos</b>
PMDB	47,89%
PSDB	46,43%
PSD	43,80%
PP	43,69%
PR	38,71%
PSB	38,46%
PT	33,33%

Continua

Continuação

DEM	30,00%
PPS	20,00%
PDT	15,79%
PCdoB	0%
PTB	0%

Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

A grande maioria das candidaturas que disputaram (Tabela 1) e das que se elegeram (Tabela 2) foram por meio de coligações e apenas uma pequena parcela foram candidaturas isoladas conforme apresentado na Tabela 4:

Tabela 4. Frequência de coligações e candidaturas isoladas

<b>Candidaturas que disputaram a eleição</b>		
<b>Tipo de candidatura</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Coligação	582	78,65%
Isolada	158	21,35%
<b>TOTAL</b>	<b>740</b>	<b>100%</b>
<b>Candidaturas eleitas</b>		
<b>Tipo de candidatura</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Coligação	263	89,15%
Isolada	32	10,85%
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>100%</b>

Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

A taxa de sucesso eleitoral das coligações foi de 45,18% e das candidaturas isoladas 20,25%. Isso nos mostra que os candidatos que disputaram a eleição por meio de uma coligação tinham mais do dobro de chance de se eleger do que um candidato que disputou a eleição por meio de uma candidatura isolada, confirmando que coligações se mostram mais eficazes eleitoralmente do que candidaturas isoladas.





### 3. O DILEMA IDEOLOGIA E PODER

#### 3.1. INTRODUÇÃO

A análise da consistência ideológica em coligações partidárias é um dos estudos mais realizados sobre coligações brasileiras, já que o nível ideológico existente nas coligações é visto como um indicador da institucionalização e coerência do sistema partidário como um todo (BORGES, CARREIRÃO e NASCIMENTO; 2017, p. 206). Os primeiros estudos que buscavam classificar os partidos em uma escala esquerda-direita e verificar a composição das coligações de diversos cargos eletivos (geralmente deputado federal, governador, senador e presidente) surgiram em meados da década de 90 e apontavam que coligações que possuíam simultaneamente partidos de direita e esquerda não predominavam no cenário político brasileiro (NICOLAU, 1994 e SCHMITT, 1999), porém os estudos mais recentes evidenciam que as coligações inconsistentes ideologicamente tem aumentado no decorrer dos anos e hoje a baixa coesão ideológica em coligações predomina nas eleições brasileiras (CARREIRÃO, 2014; MIZUCA, 2007; MACHADO, 2007; MIGUEL, MACHADO, 2010; LEONI, 2011; MIRANDA, 2012).

Não é objetivo deste trabalho desvendar o que provocou um aumento no número de coligações ideologicamente inconsistentes no decorrer do tempo (tão pouco realizar um levantamento dos resultados eleitorais anteriores), porém há autores que afirmam que a grande formação de coligações ideologicamente inconsistentes é consequência de um comportamento que parte dos próprios partidos políticos, sendo que estes não possuem a preocupação de se manter fiéis a suas ideologias ao se coligarem e geram um sistema ideologicamente inconsistente, restando ao eleitor se submeter às candidaturas que lhe são oferecidas (CORTEZ, LIMONGI, p.25). Os eleitores, submetidos ao sistema eleitoral e às candidaturas ofertadas pelos partidos, também não apresentam grande identificação partidária e não se preocupam tanto com a ideologia partidária, gerando mais um estímulo para a formação de coligações ideologicamente inconsistentes:

O arranjo institucional brasileiro tem privilegiado a constituição de coligações, independentemente da orientação ideológica dos participantes. A ausência de lealdades fortes, que vinculam parcelas do eleitorado a determinadas legendas, faz com que o ônus simbólico de coligações

ideologicamente estranhas seja, para quase todos os partidos, reduzido (MIGUEL, MACHADO, 2007, p. 760).

Independente do responsável por este cenário ser o comportamento do eleitor ou dos partidos (ou talvez de ambos), o fato é que hoje a ideologia conta cada vez menos como a estruturadora de nosso sistema (CARREIRÃO, 2014, p.256) e, em alguns casos, coligações inconsistentes apresentam um desempenho eleitoral superior às demais candidaturas (CARREIRÃO, NASCIMENTO, 2014, p.96). Apesar da ideologia não exercer um papel principal no nosso sistema, uma variável que alguns autores associam a um aumento na consistência ideológica de coligações é o tamanho do município. Machado e Miguel (2007, p.786) evidenciam em seu estudo que em municípios mais populosos os partidos se preocupam mais em manter algum tipo de coerência ideológica devido a uma maior influência da política nacional no município e do debate eleitoral ser mais complexo:

É o efeito da maior “sofisticação” do eleitorado dos grandes centros ou, dito de outra forma, do fato de, diante de um jogo político mais complexo e da maior distância que o separa dos líderes partidários e dos problemas em pauta, este eleitorado tornar-se mais dependente do balizamento fornecido por noções abstratas como esquerda e direita ou governo e oposição. (MACHADO, MIGUEL, 2007, p.768)

Sendo assim, além de observar a frequência e a taxa de sucesso eleitoral das candidaturas, também entrará na análise a frequência e o desempenho das candidaturas de acordo com o porte município (quantidade de habitantes) para verificar se esta variável exerceu influência nas eleições passadas.

### **3.2. METODOLOGIA**

Os partidos serão classificados como esquerda, centro ou direita e será verificado a composição existente em cada coligação. Apenas os 12 partidos grandes receberão classificação, os demais partidos pequenos não serão classificados e não irão interferir na análise da composição das coligações, já que não possuem grande influência no cenário político (seja na esfera estadual ou nacional), não possuem condições de formar coalizões a nível federal e se fossem incluídos

poderiam causar uma distorção no resultado, aumentando o número de coligações inconsistentes.

A classificação atribuída aos partidos será a mesma que foi utilizada na obra *Coligações e disputas eleitorais na nova república* (KRAUSE; MACHADO; MIGUEL, 2017, p. 394), uma coletânea de diversos estudos recentes sobre coligações realizados por renomados autores da ciência política nacional, tendo essa classificação sido adotada por todos os autores nos diversos capítulos do livro que analisaram as eleições de 2014 conforme indica a Tabela 5:

Tabela 5. Classificação ideológica dos partidos

<b>Sigla</b>	<b>Nome do Partido</b>	<b>Classificação</b>
PT	Partido dos Trabalhadores	Esquerda
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Esquerda
PSB	Partido Socialista Brasileiro	Esquerda
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	Esquerda
PPS	Partido Popular Socialista	Esquerda
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	Centro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Centro
DEM	Democratas	Direita
PP	Partido Progressista	Direita
PR	Partido da República	Direita
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	Direita
PSD	Partido Social Democrático	Direita

Fonte: Krause; Machado; Miguel (2017, p. 394)

Para medir a consistência das coligações, será utilizada a mesma classificação empregada por Carreirão (2006, p.144): coligações que reúnem partidos da mesma ideologia serão consideradas de forte rigor ideológico; coligações que possuem partidos de centro (C) coligados com partidos de direita (D) ou esquerda (E) serão consideradas de médio rigor ideológico e coligações que envolvem partidos de esquerda e direita serão consideradas de fraco rigor ideológico conforme mostra a Tabela 6:

Tabela 6. Classificação ideológica das candidaturas

<b>Combinação</b>	<b>Rigor Ideológico</b>	<b>Consistência</b>
Coligação E-E, Coligação D-D ou Coligação C-C	Forte	Consistente
Coligação C-E ou Coligação C-D	Médio	Semi-consistente
Coligação E-D ou Coligação E-C-D	Fraco	Inconsistente

Fonte: Carreirão (2006, p.144)

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina disponibiliza em seu site oficial uma planilha para download que contém todas as legendas que disputaram a eleição em cada município do estado e quais se elegeram. Esta planilha foi importada e sua análise foi feita por meio de programa estatístico, em nenhum momento foi utilizada qualquer forma de “trabalho manual” na coleta e análise dos dados, portanto as chances de existirem erros referentes a essas duas etapas da pesquisa são mínimas.

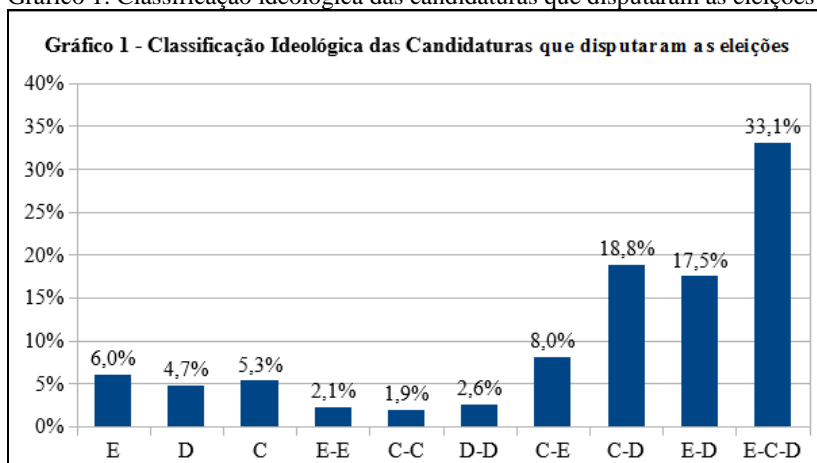
Com base no levantamento bibliográfico e nas características observadas em nosso sistema eleitoral como um todo, foram levantadas as seguintes hipóteses:

- Coligações ideologicamente inconsistentes predominam sob as demais na disputa eleitoral.
- Coligações ideologicamente inconsistentes apresentam uma taxa de sucesso eleitoral superior às demais.

### 3.3. DISPUTA ELEITORAL

Conforme mostrado na Tabela 1, do total de 740 candidatos que concorreram às eleições, apenas 5,68% não pertencem aos doze partidos grandes. Estas candidaturas foram excluídas da análise e a frequência ideológica encontrada nas demais candidaturas é apresentada no Gráfico 1:

Gráfico 1. Classificação ideológica das candidaturas que disputaram as eleições

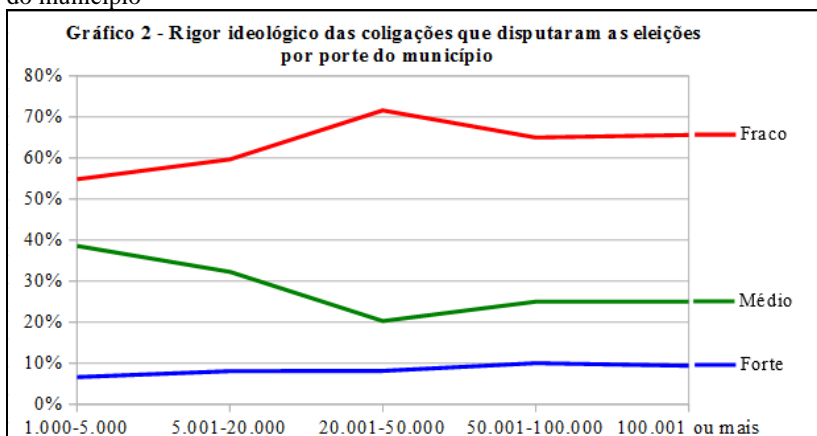


Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

Como podemos observar, apenas 6,6% das coligações que disputaram as eleições são de forte rigor ideológico, 26,79% são de médio rigor ideológico e 50,57% são de fraco rigor ideológico, o que confirma a hipótese de que coligações inconsistentes predominam sob os demais tipos de candidaturas. Podemos afirmar também que não existiu uma grande preocupação por parte dos partidos em manter rigor ideológico em suas candidaturas, tendo em vista que menos de uma em cada quatro das candidaturas são candidaturas isoladas ou coligações consistentes.

Conforme citado anteriormente pelos autores Machado e Miguel (2007, p.768), os municípios mais populosos podem provocar um aumento no número de coligações consistentes, sendo assim os 295 municípios de Santa Catarina foram separados em 5 intervalos populacionais para verificar a incidência de cada tipo de coligação nos intervalos mais populosos e menos populosos, indicados no Gráfico 2:

Gráfico 2. Rigor ideológico das coligações que disputaram as eleições por porte do município



Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

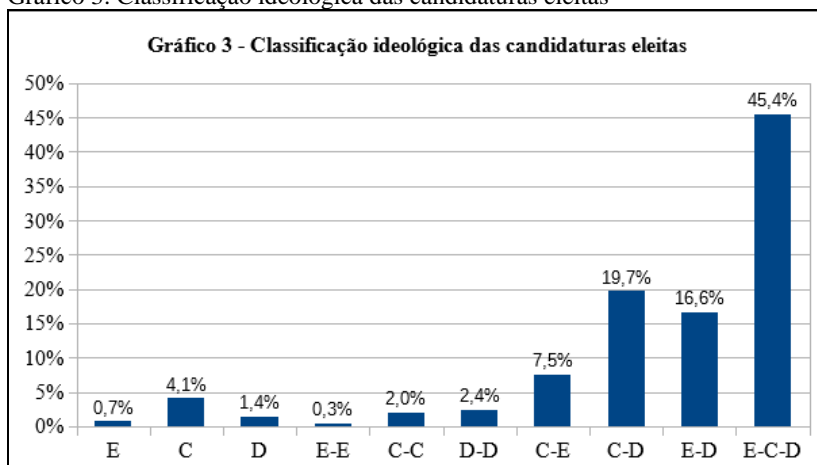
Observou-se que em todos os intervalos há um predomínio das coligações de fraco rigor ideológico sob as demais na disputa eleitoral, sendo a sua frequência superior a 55% em todos os intervalos e atingindo seu ponto mais alto no terceiro intervalo onde as coligações fracas superam 70%. No maior intervalo populacional que reúne os 13 maiores municípios do estado<sup>3</sup> 65% das coligações foram de fraco rigor ideológico, portanto as coligações inconsistentes continuam predominando na disputa eleitoral mesmo nos grandes centros.

### 3.4. CANDIDATURAS ELEITAS

Ao realizarmos a mesma análise do Gráfico 1 com as 295 candidaturas que se elegeram (todas elas com candidatos pertencentes a um partido grande, não havendo candidatura eleita que não pôde ser classificada) observamos no Gráfico 3 a frequência encontrada em cada classificação ideológica proposta:

<sup>3</sup> Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Criciúma, Chapecó, Itajaí, Lages, Jaraguá do Sul, Palhoça, Balneário Camboriú e Brusque

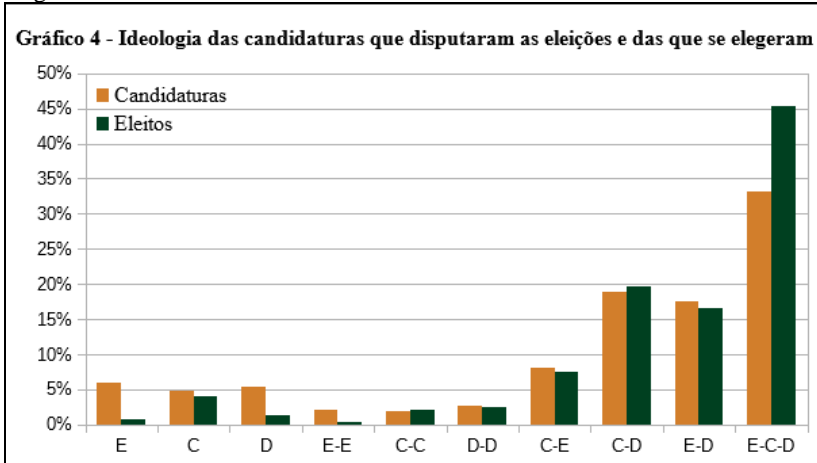
Gráfico 3. Classificação ideológica das candidaturas eleitas



Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

Ao comparar as candidaturas que disputaram a eleição com as eleitas observa-se que as candidaturas de esquerda foram as que menos se elegeram (tanto isoladamente como em coligações fortes), as coligações médias ideologicamente mantiveram a sua frequência em torno de 27% (sendo que as coligações de centro-direita se elegeram mais do que as de centro-esquerda) e tanto na disputa eleitoral como nas prefeituras eleitas as coligações inconsistentes apresentam a maior incidência conforme apresentado no Gráfico 4:

Gráfico 4. Ideologia das candidaturas que disputaram as eleições e das que se elegeram

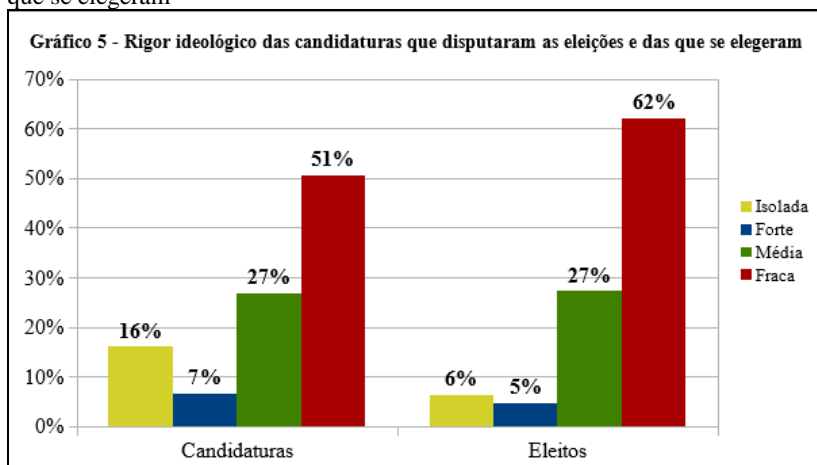


Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

Agregando os valores do gráfico anterior nas três categorias de rigor ideológico possível (forte, médio e fraco) e em candidaturas isoladas, fica evidente que o eleitorado elegeu mais candidaturas inconsistentes, o que evidencia que a ideologia não contou como grande influenciadora destas eleições, conforme apresentado no Gráfico 5:



Gráfico 5. Rigor ideológico das candidaturas que disputaram as eleições e das que se elegeram



Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

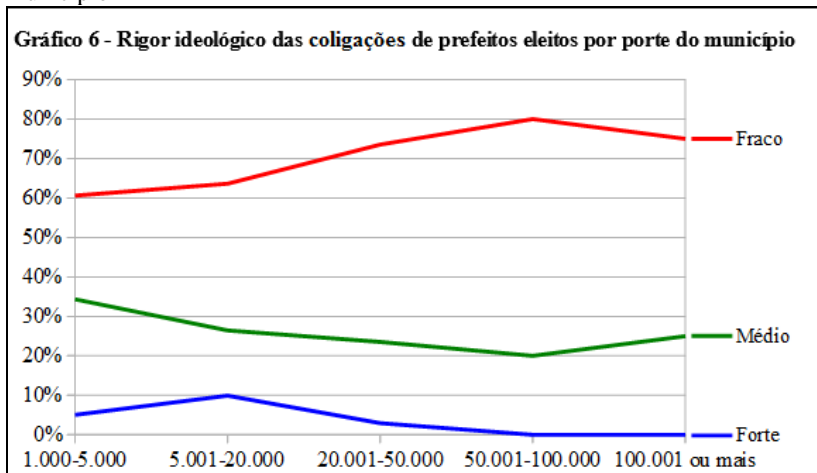
A taxa de sucesso<sup>4</sup> observada nas candidaturas isoladas foi 16,07%, as coligações fortes ideologicamente apresentaram 30,43%, as coligações médias apresentaram 42,78% e coligações fracas 51,84%. Candidaturas isoladas são as que apresentaram o menor sucesso eleitoral, seguido depois por coligações consistentes, semi-consistentes e inconsistentes. Coligações inconsistentes, por sua vez, tinham mais da metade de chance de se eleger nas eleições de 2016, confirmando a ideia de que o nosso sistema como um todo beneficia as coligações inconsistentes, tornando por vezes ideologia e poder dois fatores conflitantes entre si (ou mais precisamente, consideração pela coerência ideológica e chance de vencer a eleição), tendo em vista que os prefeitos que mais se elegeram são aqueles que se coligaram também com partidos de ideologia oposta aos seus e os que formaram coligações ideologicamente fortes apresentaram o pior desempenho eleitoral juntamente com as candidaturas isoladas.

Ao realizar os mesmos recortes populacionais do Gráfico 2 para as candidaturas que se elegeram, a ideia de que o eleitorado dos grandes centros tem uma preocupação maior com a ideologia do sistema se

<sup>4</sup> Quantidade de eleitos dividida pela quantidade de candidaturas, em termos percentuais

mostra infinitamente distante do cenário de 2016 no estado de Santa Catarina: em todos os municípios com mais de 50.000 habitantes e nas únicas cidades que possuem 2º turno nenhuma coligação consistente se elegeu, sendo a frequência de coligações inconsistentes nestes intervalos superior a 70% conforme indica o Gráfico 6:

Gráfico 6. Rigor ideológico das coligações de prefeitos eleitos por porte do município



Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

### 3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da composição ideológica das 740 candidaturas que disputaram as eleições de 2016 em Santa Catarina e das 295 candidaturas que se elegeram nos mostra (de acordo com a metodologia adotada) o predomínio de coligações inconsistentes tanto na disputa eleitoral como nas candidaturas eleitas. Com base nos dados da disputa eleitoral é possível concluir que não houve uma preocupação dos partidos com a ideologia de suas candidaturas tendo em vista que menos de uma em cada quatro das candidaturas são candidaturas isoladas ou coligações consistentes.

Com base nos dados do resultado eleitoral é possível concluir que o eleitorado também não se preocupou tanto com a ideologia das candidaturas e elegeu mais coligações inconsistentes, sendo que as coligações fracas ideologicamente foram as que apresentaram o maior

sucesso eleitoral e as coligações fortes ideologicamente o pior desempenho eleitoral. Observa-se que a variável “população” não provocou um aumento no número de candidaturas fortes, pelo contrário, nos municípios de maior porte populacional (Gráfico 6) nenhuma coligação consistente se elegeu, sendo que a frequência de coligações ideologicamente fracas eleitas se mantém igual ou superior a 60% em todos os intervalos.

Por fim podemos afirmar que a ideologia não exerceu grande influência nas eleições de 2016 em Santa Catarina, sendo que os partidos que celebraram coligações levando em conta outros critérios se mostraram mais vitoriosos. No dilema de se manter fiel à ideologia na disputa eleitoral ou sacrificá-la para alcançar o poder, os partidos preferem o poder.



## 4. COALIZÃO NACIONAL E REALIDADE MUNICIPAL

### 4.1. INTRODUÇÃO

Alguns autores como Limongi e Cortez (2010, p.22) afirmam que a disputa presidencial é a mais importante do sistema político nacional e por isso acaba influenciando e estruturando as demais disputas eleitorais do país, ou seja, espera-se que as demais coligações (incluindo as municipais) acabem utilizando a coalizão nacional como guia para a formação de suas coligações. Analisar se a coalizão federal dos partidos impacta nas demais coligações de eleições estaduais e municipais também é visto (assim como a consistência ideológica) como um indicador de institucionalização e coerência do sistema partidário:

Em um sistema partidário “razoavelmente estabilizado”, deveríamos esperar certa regularidade no relacionamento entre os partidos, incluindo os padrões de competição eleitoral (correlações de força, tipos de coligação) e de formação de governo (coalizões). Se a correlação de força entre os partidos se altera bruscamente entre uma eleição e outra (altos níveis de volatilidade), se muitos partidos competem, formando tipos os mais diferenciados de coligação seja para cargos diferentes numa mesma eleição, seja para um mesmo cargo entre uma eleição e outra, se as coalizões para diferentes níveis de governo (federal, estadual, municipal) num mesmo momento ou para um mesmo nível em diferentes momentos também se alteram muito, será que poderemos falar de sistema partidário razoavelmente estabilizado? (CARREIRÃO, 2014, p. 262)

Alguns autores afirmam que o observado nas últimas disputas presidenciais do país é o estabelecimento de um padrão de competição eleitoral que se iniciou em 1994 e perdura até os dias de hoje. Este padrão consiste na disputa eleitoral ser protagonizada pelos candidatos do PT e PSDB, tendo em vista que desde 1994 o 2º turno é realizado entre candidatos destes dois partidos, o que gerou um quadro minimamente estável de competição eleitoral a nível nacional que já completa mais de 20 anos de existência onde PSDB e PT também contam com o apoio de outros partidos em suas coligações e coalizões

federais, indicando um sinal de institucionalização do nosso sistema político (LIMONGI, CORTEZ, 2010 p.23).

Quanto a tese levantada por Melo e Câmara (2012) de que as eleições presidenciais agem como a principal estruturadora das demais disputas, Peixoto (2010) evidencia em seu estudo que houve um aumento entre os anos de 2000 a 2008 no número de coligações para prefeito que são realizadas entre partidos de oposição e situação a nível federal, outro estudo de Anastasia, Nunes e Meira (2010) mostrou que no mesmo período o número de coligações entre PT e PSDB nas disputas para prefeito mais do que dobrou: eram 452 coligações realizadas entre estes dois partidos em 2000 e em 2008 este número passou a ser 1061. Tais estudos mostram que a coalizão federal (assim como a ideologia) foi perdendo força ao longo do tempo nas disputas municipais e hoje a disputa presidencial (mesmo se mantendo constante por mais de duas décadas) já não exerce tanta influência na formação de coligações em âmbito municipal:

Quanto à tese de que a disputa presidencial funciona como um ponto de amarração do sistema partidário como um todo, os indícios também são contraditórios: em primeiro lugar, a quase totalidade dos estudos mostra que nas eleições para prefeito têm aumentado ao longo do tempo os percentuais de coligações envolvendo simultaneamente partidos que apoiam e que se opõem ao governo em âmbito federal. (CARREIRÃO, 2014, p. 284)

Assim como na seção anterior, o objetivo deste capítulo não é compreender o que provocou um enfraquecimento da influência da coalizão nacional nas disputas municipais ao longo dos anos, mas sim observar qual a frequência das coligações inconsistentes nas eleições de 2016 em Santa Catarina. Conforme indicado anteriormente por Machado e Miguel (2007, p.768) o tamanho da população do município pode provocar uma queda no número de coligações inconsistentes devido a ideia de governo e oposição na esfera nacional estar mais presente nos grandes centros, então também será realizada uma análise de acordo com o porte populacional do município.

É importante destacar que no ano de 2016 a então presidente Dilma Rousseff, eleita em 2014, teve o seu mandato cassado. No dia 2 de dezembro de 2015 o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) deu abertura a um processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff (PT). Em 17 de abril de 2016 a Câmara dos

Deputados aprovou, com 367 votos favoráveis, o prosseguimento do processo de *impeachment* da presidente da república. Em 12 de maio do mesmo ano o Senado Federal determinou com 55 votos favoráveis o afastamento da presidente por 180 dias, assumindo a presidência interinamente o vice-presidente Michel Temer (PMDB). Em 31 de agosto 66 senadores votaram favoráveis a condenação da presidente da república por crime de responsabilidade, tendo assim o seu mandato cassado e Michel Temer assumindo em definitivo a presidência da república.

## 4.2. METODOLOGIA

Os partidos serão classificados como sendo da coalizão de situação ou oposição e será verificada a presença de cada um deles nas coligações. Novamente apenas os 12 partidos grandes receberão classificação e os pequenos não entram nem influenciam a análise da composição das coligações devido a sua baixa influência na política, a incapacidade de formar coalizões a nível federal e um possível aumento no número de coligações inconsistentes que causariam caso fossem incluídos.

Se tratando da classificação oposição e situação, será classificado como “oposição” os partidos que não possuem ministros no governo federal, independente se fazem ou não oposição sistemática (MIZUCA, 2007, p.93), enquanto os partidos que ocupam estes cargos no governo serão classificados como “situação”. Para verificar o grau da consistência nas eleições para prefeito de 2016 em Santa Catarina será utilizada a metodologia de Carreirão e Nascimento (2010, p.97), candidaturas consistentes serão aquelas compostas apenas por partidos de situação ou apenas por partidos de oposição em âmbito federal, enquanto as inconsistentes são compostas simultaneamente por partidos de oposição e situação conforme indicado na Tabela 7:

Tabela 7. Classificação da coalizão das candidaturas

<b>Combinação</b>	<b>Coalizão</b>	<b>Consistência</b>
Coligação Situação-Situação (S-S)	Situação	Consistente
Coligação Oposição-Oposição (O-O)	Oposição	Consistente

Continua

## Continuação

Coligação Situação-Oposição (S-O)	Mista	Inconsistente
-----------------------------------	-------	---------------

Fonte: Carreirão e Nascimento (2010, p.97)

Dilma Rousseff foi afastada a partir do dia 12 de maio, enquanto as coligações municipais foram celebradas entre 20 de julho e 5 de agosto. Como o presidente em exercício durante as convenções partidárias já era Michel Temer e seu corpo ministerial já havia sido montado (e se manteve no decorrer das eleições), foram estes partidos (o do presidente e o dos ministros) que formaram a coalizão de situação e os demais partidos sem ministros formaram a coalizão de oposição conforme indicado na Tabela 8:

Tabela 8. Classificação coalizacional dos partidos

<b>Sigla</b>	<b>Nome do Partido</b>	<b>Coalizão</b>
PSB	Partido Socialista Brasileiro	Situação
PPS	Partido Popular Socialista	Situação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	Situação
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Situação
DEM	Democratas	Situação
PP	Partido Progressista	Situação
PR	Partido da República	Situação
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	Situação

Continua



## Continuação

PSD	Partido Social Democrático	Situação
PT	Partido dos Trabalhadores	Oposição
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	Oposição
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Oposição

Fonte: O autor, a partir dos dados fornecidos pelo Portal Planalto (site oficial da Presidência da República do Brasil)

Por mais que predomine na literatura coletada a avaliação de que atualmente não há uma preocupação por parte dos partidos na esfera municipal em formar coligações que sigam a coalizão nacional, o estabelecimento de hipóteses para esta etapa do estudo se mostrou mais desafiadora do que para a etapa anterior devido a dois fatores observados. O primeiro se deve ao fato de ter havido um *impeachment* muito próximo da eleição (algo não observado nas eleições desde 1994), poderia este ocorrido interferir de alguma forma nas coligações municipais? O segundo se deve ao fato de que a quantidade de partidos de oposição e situação não está equilibrada: enquanto na classificação ideológica havia um equilíbrio de 5 partidos de esquerda, 5 de direita e 2 de centro, aqui temos apenas 3 partidos de oposição e os 9 restantes de situação.

Mesmo com um *impeachment* em ano eleitoral e com uma alteração tão brusca na coalizão federal que gerou um desequilíbrio na quantidade de partidos de oposição e situação, as coligações inconsistentes continuam predominando sobre as consistentes? Apenas com 3 partidos de oposição que juntos possuem apenas 11% dos prefeitos eleitos no estado é possível que a quantidade de coligações inconsistentes ultrapassem as consistentes? Caso isso tivesse ocorrido nos mostraria que o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e uma grande mudança nas coalizões nacionais que gerou um desequilíbrio no número de partidos de oposição e situação não impactaram nas coligações municipais de 2016 em Santa Catarina.

Apesar dos dois fatores citados anteriormente tornarem a análise da consistência coalizacional mais desafiadora do que a análise

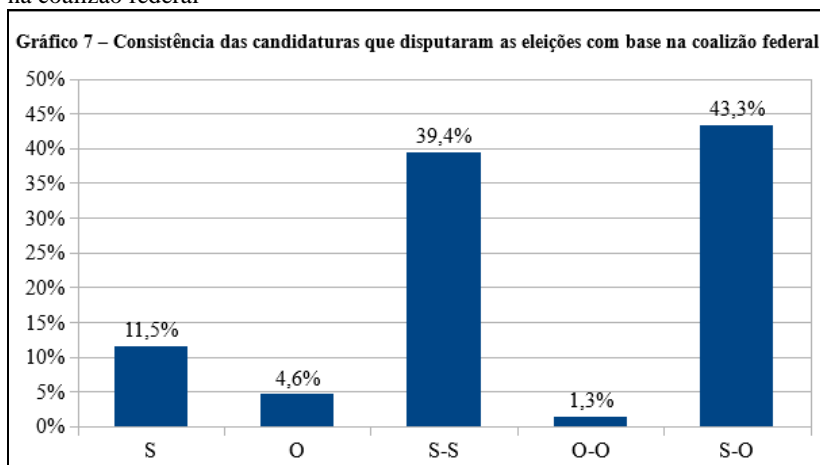
da consistência ideológica, ainda se espera que a quantidade de coligações inconsistentes predomine sob as consistentes tanto na disputa eleitoral como nas candidaturas eleitas conforme a bibliografia aponta, mas talvez os números encontrados sejam mais equilibrados entre si, diferentemente da análise ideológica onde 51% das coligações eram inconsistentes (e 7% consistentes) e 62% das candidaturas eleitas eram inconsistentes (e apenas 5% consistentes). Com base nisso e com base na bibliografia levantada, o estudo apresenta as seguintes hipóteses:

- Coligações inconsistentes predominam sob as demais na disputa eleitoral.
- Coligações inconsistentes apresentam uma taxa de sucesso eleitoral superior às demais.

### 4.3. DISPUTA ELEITORAL

Conforme a Tabela 1, 4% das candidaturas (o equivalente a 32 candidaturas) são compostas apenas por partidos pequenos e foram descartadas da análise. Quanto às 96% restantes que puderam ser classificadas (708 candidaturas), a consistência observada com base na coalizão federal é indicada no Gráfico 7 a seguir:

Gráfico 7. Consistência das candidaturas que disputaram as eleições com base na coalizão federal

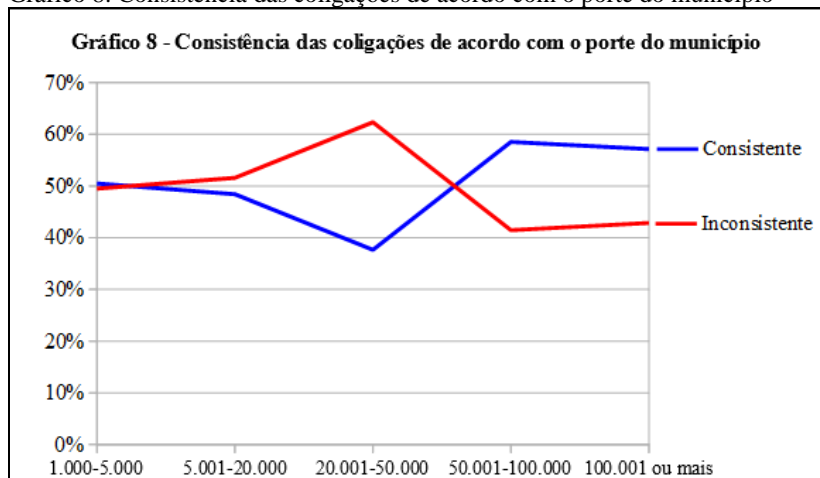


Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

Com base no Gráfico 7 podemos observar que 40,7% das coligações foram consistentes e 43,3% foram inconsistentes, confirmando a hipótese de que coligações inconsistentes predominam sob os demais tipos de candidaturas, porém sendo observado desta vez um maior equilíbrio entre o número de coligações consistentes e inconsistentes. A grande discrepância entre a quantidade de coligações consistentes de situação (39,4%) em relação com as de oposição (1,3%) evidencia como ficaram restritas as opções dos partidos de oposição de formarem coligações consistentes entre si.

Realizando a análise da consistência das coligações que disputaram a eleição de acordo com o porte populacional do município para observar se houve uma mudança do comportamento das coligações nos municípios mais populosos, obtemos o Gráfico 8 a seguir:

Gráfico 8. Consistência das coligações de acordo com o porte do município



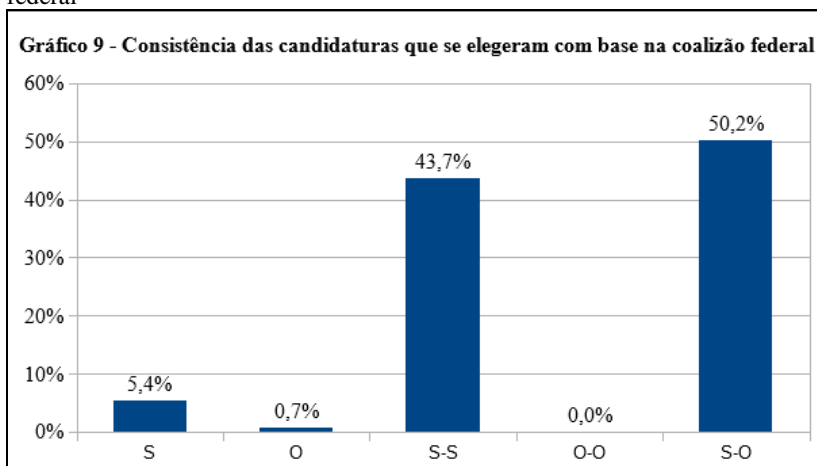
Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

Diferentemente do Gráfico 2 onde as coligações ideologicamente inconsistentes predominavam em todos os intervalos, no Gráfico 8 as coligações consistentes superaram as inconsistentes nos dois maiores intervalos populacionais, expondo que nos municípios com mais de 50.000 habitantes os partidos realizaram mais coligações consistentes. Isso pode demonstrar uma maior preocupação dos partidos em seguir a coalizão nacional nas disputas eleitorais em municípios maiores.

#### 4.4. CANDIDATURAS ELEITAS

De todas as 295 candidaturas eleitas, 148 são coligações inconsistentes, 145 são de situação (somando-se candidaturas isoladas e coligações consistentes de partidos de situação) e apenas 2 são de oposição: as do município de Coronel Martins (2.458 habitantes) e Guarujá do Sul (4.908 habitantes) ambas candidatura isolada do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, nenhuma coligação consistente de oposição se elegeu no estado conforme mostra o Gráfico 9:

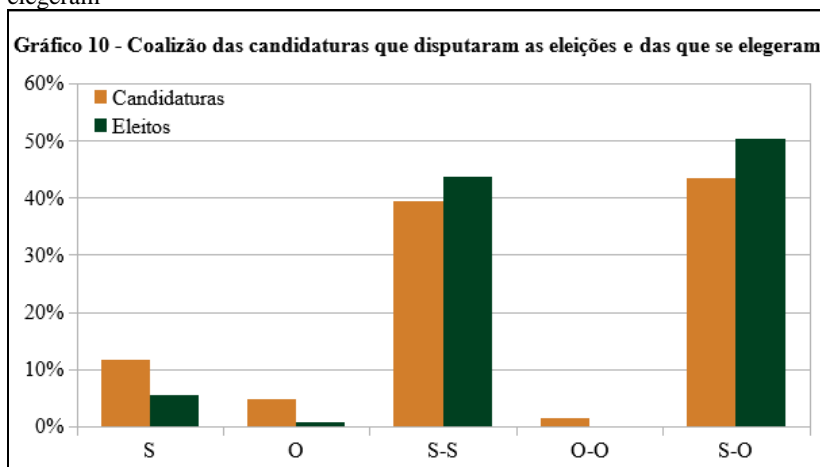
Gráfico 9. Consistência das candidaturas que se elegeram com base na coalizão federal



Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC

Coligações inconsistentes continuam predominando sob as consistentes e desta vez representam a maioria absoluta do total de candidaturas analisadas enquanto candidaturas isoladas continuam sendo as que apresentaram a menor frequência. Fica evidente que as eleições de 2016 no estado foi dominada por coalizões de partidos de situação do Governo Federal e pelas coligações inconsistentes, tanto na disputa eleitoral como nas prefeituras eleitas conforme mostrado no Gráfico 10:

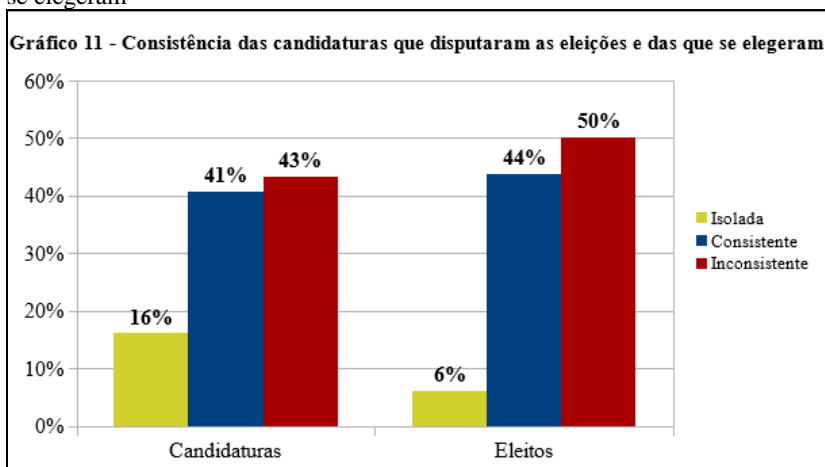
Gráfico 10. Coalizão das candidaturas que disputaram as eleições e das que se elegeram



Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC.

Agregando os valores do gráfico anterior nas categorias de candidatura isolada, coligações consistentes e inconsistentes, fica evidente que o eleitorado elegeu mais candidaturas inconsistentes, o que evidencia que a coalizão federal não contou como grande influenciadora destas eleições, conforme apresentado no Gráfico 11:

Gráfico 11. Consistência das candidaturas que disputaram as eleições e das que se elegeram



Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC.

A taxa de sucesso das candidaturas isoladas foi de 16,07%, das coligações consistentes 44,57% e das inconsistentes 48,28%. Isso confirma a hipótese de que coligações inconsistentes são aquelas que possuem o maior sucesso eleitoral (embora novamente tenha se observado um resultado muito próximo com as coligações consistentes).

A realização da análise das coligações eleitas de acordo com o porte do município mostra um predomínio das coligações inconsistentes em todos os intervalos com exceção do terceiro onde as coligações consistentes atingem 65% conforme mostrado no Gráfico 11:

Gráfico 12. Consistência das coligações eleitas de acordo com o porte do município.



Fonte: O autor, a partir dos resultados eleitorais de 2016 fornecidos pelo TRE-SC.

A afirmação de que nos maiores centros urbanos o eleitorado é mais sofisticado e dá uma maior importância à coalizão nacional não se mostra convincente, pois como se observa no Gráfico 11 no último intervalo mais populoso cerca de 60% das coligações eleitas foram inconsistentes.

#### 4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise coalizacional das 740 candidaturas que disputaram as eleições de 2016 em Santa Catarina e das 295 candidaturas que se elegeram nos mostra (de acordo com a metodologia adotada) um equilíbrio entre a quantidade de coligações consistentes e coligações inconsistentes tanto na disputa eleitoral como nas candidaturas eleitas, havendo um ligeiro predomínio de coligações inconsistentes (Gráfico 11). De acordo com o resultado eleitoral conclui-se que as coligações inconsistentes continuam sendo aquelas que apresentam o maior sucesso eleitoral, podendo afirmar que o eleitorado não vê o alinhamento da candidatura municipal com a coalizão nacional como algo tão relevante. Observou-se também uma baixíssima incidência de candidaturas de oposição (seja como candidatura isolada ou coligações consistentes) tanto na disputa eleitoral como nas candidaturas eleitas devido ao fato de

existirem apenas três partidos de oposição, sendo que estas candidaturas foram as que apresentaram o menor sucesso eleitoral.

A variável “população” mostrou que nos maiores municípios os partidos realizaram mais coligações consistentes (Gráfico 8), mas as coligações que mais se elegeram neste intervalo foram as inconsistentes (Gráfico 11) o que demonstra uma baixa preocupação do eleitorado dos grandes centros com a consistência coalizacional das coligações.

Dado que o número de coligações inconsistentes sob uma perspectiva coalizacional é menor do que sob uma perspectiva ideológica, uma possível conclusão poderia ser a de que os partidos teriam levado mais em consideração quais as coalizões vigentes no âmbito do governo federal do que a ideologia partidária, ao decidir quais coligações fazer nas eleições para prefeito em Santa Catarina em 2016. A grande disparidade de número de partidos entre a base do governo Temer e a oposição, porém, impede uma conclusão nesse sentido, já que muitas coligações de partidos só de governo podem ter sido feitas a partir de cálculos estratégicos em que o posicionamento em relação ao governo federal pode ter tido pequeno ou nenhum peso, devendo-se apenas a que havia muitas opções nesse campo. Fica difícil, portanto, fazer uma comparação em relação ao peso relativo de uma das duas variáveis (levar em conta a ideologia ou levar em conta as coalizões nacionais) nas decisões estratégicas dos partidos.



## 5. CONCLUSÃO

A estratégia partidária de formar coligações inconsistentes se mostrou frequente nas eleições majoritárias de 2016 no estado de Santa Catarina e os resultados encontrados condizem com a maioria da bibliografia analisada que afirma que atualmente a ideologia e os padrões de coalizão em âmbito federal não exercem grande influência nas eleições municipais, gerando assim uma alta incidência de coligações inconsistentes. A taxa de sucesso das coligações inconsistentes se mostrou superior às taxas de sucesso das candidaturas consistentes, ou seja, a chance que um candidato a prefeito tinha de se eleger por meio de uma coligação inconsistente era maior do que por meio de uma coligação consistente ou candidatura isolada. O fato de as coligações inconsistentes terem um grande sucesso eleitoral e estarem presentes em mais da metade das 295 prefeituras eleitas nos mostra que a inconsistência não parece ser um fator muito relevante na decisão de voto do eleitorado.

Por fim podemos afirmar que o fenômeno da alta frequência de coligações inconsistentes na disputa eleitoral e nas prefeituras eleitas corroboram as teses que apontam que nem as eleições presidenciais nem a ideologia partidária parecem estruturar muito as disputas em âmbito municipal e que isso pode se dever, como afirma essa literatura, em boa medida às regras eleitorais que estimulam coligações inconsistentes, sendo que os partidos se submetem a estas regras e restam aos eleitores escolherem as candidaturas que lhe são oferecidas pelos partidos. Diante deste cenário (inexistência de incentivos para a formação de candidaturas consistentes) as coligações inconsistentes são as que apresentam o maior sucesso eleitoral e sacrificar a ideologia ou o alinhamento com a coalizão nacional se mostra vantajoso quando se tem como objetivo alcançar ao poder e os partidos que se adaptam a essa circunstância são mais bem-afortunados.



## REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe & MEIRA, João Francisco. 2010. **A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias**, em KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto & MIGUEL, Luis Felipe (orgs). Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora UNESP.

BORGES, Tiago P.D.; CARREIRÃO, Yan S.; NASCIMENTO, Fernanda P. 2016. Os partidos políticos brasileiros e a (in)consistência das coligações para Deputado Federal em 2014. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos M.; MIGUEL, Luis F. (org.) **Coligações e disputas eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da Universidade Estadual Paulista (EDUNESP).

CARREIRÃO, Yan de Souza. 2006. **Ideologia e partidos políticos**: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Opinião Pública, Campinas, v. 12, n. 1, p.136-163, abril/maio, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762006000100006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100006&lang=pt)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

CARREIRÃO, Yan de Souza. 2014. O sistema partidário brasileiro: Um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 14, p.255-295, ago.

CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula do. 2010. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p.75-104, 6 out. 2010.

FAVETTI, Paola Ramos. 2004. **Partidos Aliados em Eleições Presidenciais no Brasil**: Análise das Coligações Vencedoras em 1994, 1998 e 2002. Dissertação de mestrado em Ciência Política, UnB, Brasília.

KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações e disputas eleitorais na nova república**: Aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. São Paulo: Unesp, 2017. 398 p.

LEONI, Eduardo. 2011. **Coligações e ideologia nas eleições para vereador no Brasil**, em POWER, Timothy & ZUCCO JR., Cesar (orgs.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. 2007. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 1, n. 88, p.21-37, 14 out. 2010.

MACHADO, Carlos M. 2007. **Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil (2000 e 2004)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. 2010. Um Equilíbrio Delicado: A Dinâmica das Coligações do PT em Eleições Municipais (2000 e 2004). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p.757-797, abr. 2007.

MELO, Carlos Ranulfo e CÂMARA, Rafael. 2012. **Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil**.

MIRANDA, Geralda Luiza. 2012. Tendências e racionalidades das estratégias coligacionistas dos partidos brasileiros (1990-2010). Quito, **Congresso Latinoamericano de Ciência Política**.

MIZUCA, Humberto Dantas de. 2007. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. 2007. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Cap. 2.

PEIXOTO, Vítor. 2010. **Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia**, em KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto & MIGUEL, Luis Felipe (orgs). Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora UNESP.

NICOLAU, Jairo M. 1994. “Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário”. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 15-19.

NICOLAU, Jairo M. 1996. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 1-63.

SCHMITT, Rogério. 1999. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ.